



Falta consenso sobre alcance do fim do voto secreto

Propostas de emenda à Constituição que tratam do fim do voto secreto no Legislativo terão hoje segunda sessão de discussão, em primeiro turno, no Plenário do Senado

Três propostas de emenda à Constituição sobre o sigilo do voto no Legislativo tramitam no Senado. A diferença entre elas é a abrangência do

voto aberto, se ilimitada ou com exceções, e o alcance da medida, restrita ao Congresso Nacional ou extensiva a todos os Legislativos do país. Senadores ainda não

estabeleceram proposta de consenso. Walter Pinheiro cobrou celeridade à tramitação e sugeriu que diferenças fossem decididas pelo voto. Aloysio Nunes pediu maior cuidado com o tema. **3**

Comissão vota hoje parecer à MP do Programa Mais Médicos **2**

Motorista de transporte coletivo pode ter jornada menor **6**

Projeto cria indenização ao passageiro por voo cancelado **7**

Tônio Régio/ABR



Durante visita dos parlamentares, manifestantes reivindicam reabertura dos arquivos da ditadura militar

Tumulto em visita a batalhão no Rio

Durante visita da Subcomissão da Verdade ao antigo DOI-Codi, o deputado Jair Bolsonaro foi acusado

de dar soco no senador Randolfe Rodrigues. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ana Rita

divulgou nota de repúdio. Ela e o PSOL pretendem representar contra o deputado por quebra de decoro. **6**

especial
Cidadania



M. Crozet/OIT

Trabalho doméstico no Mali: problema mundial que o Brasil combate em casa

Lei deve pôr um ponto final no trabalho infantil doméstico

O projeto de lei que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos, já aprovado no Senado e em análise na Câmara, reafirma a proibição de que a atividade seja exercida

por menores de 18 anos. Relatório divulgado ontem pela OIT aponta que 11,5 milhões de crianças e adolescentes no mundo ainda são usados para o trabalho doméstico. **4 e 5**

Esportista pego em antidoping não poderá ter Bolsa-Atleta **8**

Plenário do Senado conclui votação da PEC da Música **2**

Novos limites para multas a empresas serão definidos hoje **7**



**MULHER,
TOME PARTIDO.**

A política precisa de mais mulheres

Uma autêntica democracia requer maior participação das mulheres na política. Embora alcancem mais da metade da população, as mulheres ainda estão em minoria nos cargos eletivos dos Poderes.

Filie-se a um partido até 5 de outubro e participe das próximas eleições.

SENADO FEDERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parecer sobre MP do Mais Médicos será votado hoje

Relator fez mudanças no texto original, propôs simplificar a obtenção do registro para exercício da medicina por estrangeiros e retirou a exigência de estágio obrigatório no SUS para recém-formados

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória do Programa Mais Médicos (MP 621/2013) vota hoje o parecer do relator, deputado Rogério Carvalho (PT-SE).

O texto, apresentado na semana passada, pede a aprovação da MP, mas com mudanças. O parecer propõe que o médico estrangeiro possa trabalhar no Brasil mesmo sem ter conseguido o registro provisório para exercer a profissão. O registro é fornecido pelos conselhos de Medicina, que têm se negado a dar os documentos aos profissionais contratados por meio do Programa Mais Médicos.

De acordo com o texto do relator, o médico intercambista ficará habilitado para o exercício da medicina a partir da data do protocolo do requerimento



Médicos cubanos em Chapadinha (MA): proposta acelera habilitação de estrangeiros

do registro provisório no Conselho de Medicina. A determinação só vai valer se o texto for aprovado pela comissão mista e pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Outra mudança no texto original do governo acaba com o treinamento obrigatório de dois anos no SUS para todos os médicos formados no Brasil. Em contrapartida, a residência

em Medicina da Família e da Comunidade, com duração mínima de dois anos, vai ser requisito para 70% das residências em outras especialidades.

Outra novidade é a criação de duas avaliações: uma para todos os alunos dos cursos de Medicina no país e outra para todos os programas de residência médica.

(Da Agência Câmara)

PEC da Música está na pauta do dia, garante Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assegurou que será votada hoje, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros (PEC 123/2011).

Em visita ao Senado na semana passada, o cantor e compositor Ivan Lins garantiu que a PEC vai beneficiar artistas iniciantes que não despertam o interesse das gravadoras. Renan decidiu marcar a votação para hoje



Para Renan, PEC é a maior conquista dos músicos desde a Lei Rouanet

depois de conversar com os artistas e líderes partidários.

— Foi possível nós chegarmos até aqui em função dos

esforços de todos — afirmou.

Com a isenção, a expectativa é de que os preços de CDs e DVDs caiam cerca de 30%, desestimulando a falsificação. Outra expectativa é de que os artistas possam escapar das grandes gravadoras e consigam atingir um público maior.

— Desde a Lei Rouanet, a PEC da Música é a maior conquista de músicos e compositores. Será importante para a difusão de nossa cultura. Mas temos de pensar também nos postos de trabalho — disse Renan.

Simon: “União tem dívida com o Rio Grande do Sul”

Em discurso sobre o aniversário da Revolução Farroupilha, comemorada pelos gaúchos em 20 de setembro, Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a criação de uma comissão especial para discutir um encontro de contas entre a União e o Rio Grande do Sul. Segundo ele, a dívida do estado pode ser reduzida caso a União cumpra acordos de ressarcimento de investimentos estaduais em obras de responsabilidade federal.

— Compramos terra, investimos na reforma agrária e fizemos obras em estradas federais. Tudo mediante contratos assinados com a União que nunca foram cumpridos.

O senador lembrou que, em 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu criar a comissão, com participação de técnicos dos governos estadual e federal.

Em aparte a discurso de Roberto Requião (PMDB-PR),



Senador cobra promessa feita pelo presidente da República em 2004

Simon criticou o leilão do Campo de Libra, o maior do país. Para ele, as presidentes da Petrobras, Graça Foster, e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, “não disseram nada com nada” durante audiência pública no Senado.

A rede de Marina

Apesar de se dizer contrário ao grande número de partidos no Brasil, Simon apoiou a criação do partido Rede Sustentabilidade pela ex-senadora Marina Silva. De acordo com

Simon, ao longo da história do Brasil, vários partidos foram criados sem nenhuma representatividade ou expressão e agora, pela primeira vez, o Tribunal Superior Eleitoral está colocando dificuldades para que a ex-senadora crie o partido dela.

Simon afirmou que Marina é uma pessoa de grande seriedade, com uma atuação política excepcional. O senador lembrou que ela teve 20 milhões de votos nas eleições presidenciais de 2010 e ressaltou que o governo enxerga a ex-senadora como uma ameaça nas eleições de 2014.

— Dona Marina é humilde, singela, magrinha, pequenina, fala baixinho, parece mais um ser místico do que um ser político, mas complica. Então, vamos tirar fora. Por isso, acho, meus irmãos, que nós, parlamentares, temos de ter essa briga custe o que custar — defendeu.

Sessão solene celebra 60 anos da Rede Record de Televisão

Os 60 anos da Rede Record de Televisão serão comemorados hoje, em sessão solene do Congresso, no Plenário do Senado.



Moreira/Agência Senado

A homenagem foi requerida pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ, foto) e pelo deputado Antonio Bulhões (PRB-SP).

Com início das transmissões

em 27 de setembro de 1953, a TV Record estreou com um programa musical. Investiu também em esporte e entretenimento. Foi a única a transmitir ao vivo a festa de inauguração de Brasília, em 1960. Na década de 90, o bispo Edir Macedo assumiu o controle acionário da TV.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO PEC do Voto Aberto

14h Na pauta, discussão da PEC que acaba com o voto secreto no Legislativo. Também está prevista a conclusão da votação da PEC da Música.

PRESIDÊNCIA Ministra da Cultura

11h Renan Calheiros preside sessão solene; às 15h, reunião da Executiva Nacional do PMDB; às 15h15, recebe vaqueiros, que pedem apoio à regulamentação da atividade; às 15h45, a ministra da Cultura, Marta Suplicy; às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Telecomunicações

8h15 A Comissão de Ciência e Tecnologia promove audiência pública interativa sobre investimentos e qualidade dos serviços de telecomunicações. No Portal e-Cidadania será possível assistir à audiência ao vivo e participar com perguntas.

CMA Reembolso por voo cancelado

8h30 Passageiros que tiverem o voo cancelado por companhia aérea poderão ter direito a indenização igual à tarifa cheia, além do reembolso do valor do bilhete. Projeto com esse objetivo está na pauta da comissão.

CMMC Água da chuva

10h A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas debate, em audiência pública, o aproveitamento da água pluvial. Antes, analisa requerimento de audiência sobre as implicações econômicas e sociais de mitigação de gases do efeito estufa.

CAE Doenças raras

10h Na pauta, projeto que cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas e o que isenta do IR a aposentadoria de pessoas com albinismo. Às 11h30, o presidente do Banco Central fala sobre política monetária.

CDH Cotistas em universidade

10h Audiência pública interativa sobre o desempenho dos cotistas em universidades e concursos públicos. Os interessados poderão assistir à audiência ao vivo e participar pelo Portal e-Cidadania.

CONGRESSO Rede Record

11h Sessão solene do Congresso Nacional em comemoração aos 60 anos de fundação da Rede Record de Televisão.

CPI DA ESPIONAGEM Documentos

11h A Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem reúne-se para analisar requerimentos com pedidos de informações e requisição de documentos.

CE Saúde do homem

11h Na pauta da Comissão de Educação e Cultura, projeto que institui a Semana Nacional da Saúde Masculina e proposta que trata da qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

SUBCOMISSÃO DA VERDADE Audiência

14h30 A Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça promove audiência pública para ouvir familiares de mortos e desaparecidos políticos.

CMO Orçamento para 2014

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise do relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, no Plenário 2 da Câmara.

MP DO MAIS MÉDICOS Parecer

14h30 A comissão mista que analisa a medida provisória do Programa Mais Médicos vota o parecer do relator, deputado Rogério Carvalho.

SENADO DO FUTURO Apresentação

14h30 Apresentação da proposta de trabalho da Comissão Senado do Futuro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 11h, reunião da **CPI da Espionagem**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Propostas em discussão vão de extinção, que também atingiria os Legislativos estaduais e municipais, a proposta limitada ao Congresso Nacional, com algumas exceções



Renan Calheiros preside sessão plenária do Senado: tramitação das propostas de fim do voto secreto no Legislativo seguem sem acordo

Persiste indefinição sobre PECs que derrubam voto secreto no Legislativo

TRÊS PROPOSTAS DE emenda à Constituição (PECs 20, 28 e 43, todas de 2013) que tratam do fim do voto secreto em deliberações do Poder Legislativo devem passar hoje pela segunda sessão de discussão, em primeiro turno, no Plenário do Senado. Semelhanças no tratamento do tema levaram à tramitação conjunta das PECs, mas persiste a falta de consenso sobre a abrangência da medida. Ainda não está definido qual delas conquistará o mínimo de 49 votos favoráveis para aprovação.

Enquanto os senadores não firmam um entendimento, os efeitos do calendário especial de tramitação — aprovado para a PEC 20/2013, de iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), e aplicado às demais por força do andamento conjunto — ainda não se fizeram sentir. Até porque o reflexo sobre a supressão de interstícios regimentais (contagem de prazo entre as etapas de votação, que é de 48 horas) só deverá ocorrer na passagem do primeiro para o segundo turno de votação das matérias.

Até lá, o ritmo das cinco sessões de discussão do primeiro turno e das três sessões de discussão do segundo turno tende a ocorrer dentro da normalidade. Isso significa que as três propostas irão constar da ordem do dia de forma sequenciada — na quarta-feira, por exemplo, deverá transcorrer a terceira

sessão de discussão em primeiro turno —, até que se esgotem as respectivas sessões de discussão e elas estejam prontas para votação em cada um dos dois turnos. De qualquer maneira, um acerto político ainda abre a possibilidade de encurtar o prazo entre as sessões de discussão.

PECs que tratam do voto secreto na pauta do Plenário

Situação: fase de discussão antes do primeiro turno — todas vão cumprir a segunda sessão de discussão hoje. São cinco sessões antes da votação em primeiro turno

- ▶ **PEC 43/2013**, do deputado Luiz Antonio Fleury, determina o voto aberto em todas as votações do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado, assembleias legislativas dos estados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais
- ▶ **PEC 20/2013**, do senador Paulo Paim (PT-RS), suprime da Constituição a expressão “voto secreto”, sem fazer menção ao Legislativo estadual, distrital ou municipal
- ▶ **PEC 28/2013**, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelece o voto aberto como regra geral nas deliberações das comissões, do Senado, da Câmara e do Congresso, mas prevê o voto secreto na escolha de magistrados e do procurador-geral da República. Para o autor, essas matérias fazem parte do “princípio da separação dos Poderes, sob pena de esvaziar a independência orgânica dos Poderes ou suas competências típicas”. A proposta determina voto aberto na escolha de membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público; presidente e diretores do Banco Central; chefes de missão diplomática de caráter permanente; e ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo presidente da República. Hoje, todos esses casos são decididos com voto secreto. A PEC não altera os artigos da Constituição que tratam sobre perda de mandato parlamentar e apreciação de vetos presidenciais, que continuariam a ser feitos em votação secreta. Depende de parecer da CCJ

Propostas tramitam em conjunto e têm abrangências distintas

Apesar de tramitarem em conjunto no Plenário do Senado, as três propostas de emenda à Constituição que acabam com as votações secretas no Poder Legislativo têm graus de abrangência distintos.

A única que estabelece isso de forma geral e irrestrita não só para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados e para o Senado, mas também para assembleias legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais, é a PEC 43/2013, de iniciativa do então deputado federal Luiz Antonio Fleury, enviada este mês ao Senado.

A PEC 43/2013 introduz alterações em quatro artigos (47, 52, 55 e 66) da Constituição. Inicialmente, proíbe o voto secreto nas deliberações do Congresso e estende a medida às demais Casas legislativas do país (artigo 47). Ao tratar das competências privativas do Senado (artigo 52), elimina o voto secreto para escolha de autoridades, como ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e chefes de missão diplomática, e para a exoneração do procurador-geral da República antes do término do mandato.

Por fim, a proposta originária da Câmara determina a votação aberta nos casos de cassação de mandato de deputado federal ou senador (artigo 55) e no exame de vetos do presidente da República a projetos de lei aprovados pelo Congresso (artigo 66).

Similaridade

Apresentada em abril passado, a PEC 20/2013, de iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), é que guarda maior similaridade com a PEC 43/2013. Na verdade, os objetivos são idênticos, embora traduzidos em outros termos: eliminar a votação secreta na escolha de autoridades da competência privativa do Senado (artigo 52); na decisão sobre a perda de mandato parlamentar (artigo 55); e na análise de vetos presidenciais (artigo 66).

Ao contrário da PEC 43/2013, que recebeu votos contrários de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Eduardo Lopes (PRB-RJ) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a PEC 20/2013 contou com aprovação unânime na comissão, em julho passado, e foi a primeira a ser enviada para exame do Plenário.

No mesmo dia em que foi aprovada pela CCJ, teve o calendário especial de tramitação aprovado em Plenário.

Restrições

De iniciativa de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC 28/2013 começou a tramitar em maio passado e seguiu para o Plenário antes mesmo de ter relator designado na CCJ. Como está sendo examinada em conjunto com as PECs 20/2013 e 43/2013 e também é coberta pelo calendário especial de tramitação, é provável que o parecer da comissão seja dado no Plenário do Senado.

A PEC 28/2013 altera o caput (enunciado) do artigo 47 para estabelecer a votação aberta nas deliberações da Câmara dos Deputados e do Senado e das respectivas comissões, mas — ao contrário da PEC 43/2013 — não estende a medida às outras Casas legislativas.

Ao tratar das competências privativas do Senado (artigo 52), não elimina a votação secreta de forma geral e irrestrita como fazem as PECs 20/2013 e 43/2013. O sigilo é mantido na escolha de juízes e do procurador-geral da

Pinheiro quer impedir que PEC estacione no Plenário do Senado

No primeiro dia de discussão da PEC do Voto Aberto (PEC 43/2013), o senador Walter Pinheiro (PT-BA) cobrou do presidente do Senado, Renan Calheiros, celeridade na realização das sessões de discussão para a votação da proposta.

Na abertura da ordem do dia da sessão de quinta-feira, Walter Pinheiro reiterou o pedido para inclusão da proposta na pauta, como já havia feito no dia anterior, e a apreciação da PEC 43/2013 nas próximas sessões, sem que haja interrupção no andamento das sessões de discussão.

O senador lembrou também que outro projeto de igual teor (PEC 20/2013), de autoria de Paulo Paim (PT-RS), já se encontrava na pauta do Plenário, com requerimento votado para a apreciação em regime especial e, mesmo assim, não foi votada. O senador baiano pediu a continuidade das sessões de discussão até finalizar a votação da proposta.

— Quero discutir na terça, na quarta, na quinta da semana que vem [esta semana] e se possível na outra semana, na próxima quarta-feira, vencidas as cinco sessões de debate, poder votar essa matéria no Plenário do Senado Federal — explicou o parlamentar.

Além de se mostrar favorável à adoção de um calendário especial de tramitação, Pinheiro chegou a sugerir que as divergências em torno da questão fossem resolvidas no voto.

— Se há discordância ou vontade de apresentar emendas, vamos colocar pra votar. Aí as emendas serão apresentadas — apelou Pinheiro.

República. E também na exoneração do procurador-geral da República antes do término do mandato.

A votação torna-se aberta, entretanto, na apreciação de ministros do Tribunal de Contas da União, chefes de missão diplomática, presidente e diretores do Banco Central, titulares de outros cargos que a lei determinar, e membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP) — esses últimos uma inovação da proposta.

Como é hoje

VOTO SECRETO	
Câmara e Senado	Senado
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cassação de mandatos ▪ Eleição da Mesa Diretora ▪ Vetos presidenciais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicações de: ministros dos tribunais superiores; presidente e diretores do Banco Central; chefes de missão diplomática de caráter permanente; procurador-geral da República ▪ Exoneração do procurador-geral da República

Projeto de lei para regulamentação dos direitos do trabalhador doméstico, já aprovado no Senado e em análise na Câmara, reafirma proibição de empregar crianças e adolescentes menores de 18 anos na atividade. Relatório da OIT divulgado ontem mostra avanços no enfrentamento do problema, mas indica que países não conseguirão cumprir metas acordadas

Um reforço no combate ao trabalho infantil doméstico

Tatiana Beltrão

MAIS DE 168 milhões de crianças e adolescentes estão em situação de trabalho infantil no mundo, revela o mais recente relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado ontem. Desses, pelo menos 11,5 milhões atuam no trabalho infantil doméstico.

No Brasil, desde 2008 o trabalho doméstico é proibido a menores de 18 anos por ser classificado entre as piores formas de trabalho infantil (veja quadro). No entanto, o número de jovens nessa atividade (meninas, em sua quase totalidade) é estimado em 258 mil — cerca de 7% dos 3,7 milhões de crianças e adolescentes envolvidos em trabalho infantil no país.

O enfrentamento do problema é complexo. Além da pobreza que empurra ao trabalho precoce, da dificuldade de fiscalização (já que a violação se dá no ambiente domiciliar, oculta da visão pública) e da questão cultural (muitos acreditam estar “ajudando” a criança), há desinformação. Especialistas apontam que falta conscientização da sociedade sobre o Decreto 6.481, de 2008, que proíbe o emprego de menores de 18 anos em serviço doméstico.

Um projeto de lei aprovado em julho no Senado e em análise na Câmara promete contribuir para essa conscientização. Ao tratar da regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos (garantidos pela Emenda Constitucional 72, promulgada pelo Congresso em abril), o PLS 224/2013 explicita, já no artigo 1º, que “é vedada a contratação de

menor de 18 anos para desempenho de trabalho doméstico”.

Para o relator da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR), a inclusão da proibição no texto amplia o conhecimento sobre a lei.

— A regulamentação que estamos votando vai virar uma espécie de estatuto do serviço doméstico. Vai se tornar muito conhecida, a ela vai ser dada muita publicidade. Então, as pessoas vão tomar conhecimento.

No entanto, o reforço à proibição não foi ponto pacífico durante a elaboração do PLS 224 pela comissão mista de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais — apesar de o Brasil ser signatário de convenção internacional sobre o tema e ter, por meio do Decreto 6.481, incluído o trabalho doméstico entre as piores formas de trabalho infantil. Alguns parlamentares propuseram baixar a idade mínima para 16 anos ou permitir a contratação de menor aprendiz na atividade.

Para impedir o que consideram um retrocesso, organizações ligadas aos direitos da infância,

entidades de membros do Poder Judiciário e representantes do governo federal vieram ao Congresso reafirmar aos parlamentares a necessidade de manter a proibição.

— Houve esse debate na comissão, mas entendi que, ao manter criança ou adolescente no trabalho doméstico, você tira dela as chances de estudar, de progredir. Resolvi optar pela solução mais decisiva, que é a proibição da contratação de menores, honrando a posição do governo perante o acordo internacional — conta Jucá.

Relatora, no Senado, da PEC das Domésticas, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) também acredita que a proposta de regulamentação vai ajudar na proteção das crianças. Ela ressalta o papel de perpetuação da pobreza que tem o trabalho precoce em detrimento da educação e adverte que as crianças e adolescentes na atividade não têm direito algum.

— Elas trabalham sem carteira assinada, muitas vezes sem remuneração e em condições de semiescravidão — afirma.



Feministas/Infância OIT

Organização estima que ao menos 11,5 milhões de crianças e adolescentes atuem em serviços domésticos

Entenda o caso

► A Constituição estabelece os 16 anos como idade mínima para o trabalho (a não ser na condição de aprendiz, a partir dos 14). Porém, algumas atividades são proibidas aos menores de 18 anos por serem consideradas perigosas, insalubres ou prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social dos jovens. O trabalho doméstico é uma delas.

► O trabalho infantil doméstico é proibido no Brasil desde 2008, quando o país ratificou a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata das piores formas de trabalho infantil. O Decreto 6.481/2008 ratificou a convenção e definiu a lista de piores formas de trabalho infantil — a chamada Lista TIP, que inclui o trabalho doméstico. No total, são 93 atividades que não podem ser exercidas antes dos 18 anos.

► De acordo com a Lista TIP, o trabalho doméstico submete o jovem trabalhador a riscos ocupacionais como esforços físicos intensos, isolamento, longas jornadas de trabalho, trabalho noturno, exposição ao fogo, posições antiergônicas, movimentos repetitivos, tracionamento da coluna vertebral e sobrecarga muscular, além de abuso físico, psicológico e sexual, entre outros problemas.

► No Brasil, é chamado trabalho infantil qualquer atividade desenvolvida fora da faixa etária permitida, mesmo que o trabalhador já seja adolescente, até 17 anos.

► Denúncias de trabalho infantil podem ser encaminhadas aos conselhos tutelares, ao Disque Direitos Humanos (Disque 100), do governo federal, e ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio das delegacias regionais do Trabalho. As ouvidorias dos tribunais do Trabalho também podem prestar informações e receber denúncias — a do Tribunal Superior do Trabalho atende pelo telefone 0800 6443444 ou pelo e-mail ouvidoria@tst.jus.br. Há ainda o Ministério Público do Trabalho (www.mpt.gov.br).

Números no Brasil

258 mil crianças e adolescentes de 10 a 17 anos desenvolvem funções de empregados domésticos no Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011	Isso corresponde a 7% do total do trabalho infantil e a 3,9% dos empregados domésticos de todo o país. Estima-se que o número pode ser ainda maior, já que muitas vezes a atividade não é vista como trabalho, e sim como ajuda	Em 2008, o número de crianças e adolescentes ocupadas na atividade era de 325 mil — a redução, até 2011, foi de 67 mil casos	As meninas são quase a totalidade entre as crianças e os adolescentes ocupados nos serviços domésticos. Em 2011, elas eram 93,7% do contingente	Quanto à cor/raça, 67% das crianças e adolescentes ocupados na atividade são negros	MG (29.651), BA (26.264) e SP (20.381) apresentavam, em 2011, os maiores quantitativos de meninas ocupadas na atividade	No Brasil, em 2011, havia, considerando-se todas as atividades, 3,7 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos trabalhando (o que representa 8,6% da população nessa faixa etária). Em 2008, eram 4,5 milhões
---	---	--	---	---	---	---

Fonte: Relatório O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil



Jucá e Lídice acreditam que proposta ajudará a divulgar lei em vigor desde 2008



Waldemir Barreto/Agência Senado

Atividade compromete saúde, formação e autoestima, além de deixar jovens vulneráveis a abusos, afirma especialista

Para a coordenadora do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa de Oliveira, a regulamentação dos direitos dos domésticos, além de ser uma conquista para a categoria, contribui para a erradicação do trabalho infantil na área. Mas é preciso estar alerta, diz ela, para um possível efeito inverso: como há a ideia de que contratar um adulto tornou-se mais oneroso, muita gente pode buscar empregar menores de 18, acreditando que assim ficaria livre de assinar carteira e pagar os encargos que a nova lei determina.

— Todos têm que estar atentos, por isso é importante informar a sociedade de que o trabalho doméstico é proibido para crianças e adolescentes — ressalta.

Isa diz que a atividade é carregada de possibilidades de

violação dos direitos. Ela traz agravos à saúde e compromete o desenvolvimento físico. Deixa a criança vulnerável a abuso físico, psicológico e sexual, provoca baixa autoestima e isolamento. E, mesmo que consiga estudar, o rendimento escolar é comprometido pela fadiga, pelas extensas jornadas, explica.

A presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, conhece bem essa história. Ela começou a trabalhar aos 10 anos como empregada doméstica, na Bahia, ganhando em troca apenas moradia e comida (os restos que sobravam no prato dos filhos da patroa, conta). Da manhã até a noite, limpava, cozinhava, cuidava de crianças. Como não ia à escola, só aprendeu a ler aos

16 anos. O primeiro salário veio aos 21 anos.

— Perdi muito: minha infância, minha autoestima, meu direito de brincar, de estudar. Sofri tentativa de abuso sexual. Ouvia meus padrões dizerem aos filhos: “se vocês não estudarem, não vão ter futuro, vão ser graxeiros”. Eu não podia estudar, mas tinha que ouvir aquilo.

Para Creuza, o decreto de 2008 que incluiu a atividade entre as piores formas de trabalho infantil foi o grande avanço do Brasil no enfrentamento do trabalho infantil doméstico. Porém, o desconhecimento da sociedade, de sobre a legislação e a falta de fiscalização e punição aos empregadores ilegais impedem o combate efetivo do problema. — Deveria haver divulgação da lei e punição criminal para quem

descumprir. As pessoas descumprem e fica por isso mesmo. Também são necessárias políticas públicas, como escola integral, creche, trabalho decente para os pais, para que não precisem empregar os filhos. É possível erradicar o trabalho infantil se o governo se comprometer e a sociedade também.

O envolvimento dos governos é mesmo imprescindível, afirmou a diretora do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (Ipec), Constance Thomas, no lançamento, em junho, do relatório *Erradicar o Trabalho Infantil*. Ela frisou que, além de constituir uma grave violação aos direitos das crianças, a prática é um obstáculo para o alcance de objetivos nacionais e internacionais de desenvolvimento dos países.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Creuza (ao centro, de calça branca) no Congresso, durante a promulgação da PEC das Domésticas: trabalho desde os 10 anos

Número de crianças que trabalham caiu um terço desde 2000, diz OIT

O novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (*Medir o Progresso na Luta contra o Trabalho Infantil*, divulgado mundialmente ontem) traz pelo menos uma notícia boa e uma ruim. A ruim informa que a comunidade internacional não vai alcançar a meta de erradicar as piores formas de trabalho infantil no mundo até 2016. A notícia boa, porém, é promissora: o número de crianças que trabalham em todo o mundo caiu um terço desde 2000, de 246 milhões para 168 milhões. Grande parte do progresso ocorreu entre 2008 e 2012 — o que anima os especialistas, pois mostra que não se confirmou o temor de que a crise econômica de 2008

possesse ter um rebatimento no aumento do trabalho infantil.

“Estamos nos movendo na direção correta, mas os progressos ainda são muito lentos. Se realmente queremos acabar com o flagelo do trabalho infantil no futuro próximo, então é necessário intensificar os esforços em todos os níveis. Existem 168 milhões de boas razões para fazê-lo”, diz o relatório.

Ao identificar ações que têm impulsionado os progressos, o relatório cita como “particularmente importantes” as decisões políticas e os investimentos em educação e proteção social, além do crescente número de ratificações, pelos governos, das convenções sobre trabalho infantil da OIT.



G. Babinos e F. Vitorino/OIT

Jovem trabalhadora na Costa Rica: países não conseguiram erradicar a prática

Brasil sediará em outubro conferência mundial sobre o tema

Um capítulo importante da luta mundial contra a exploração de crianças e adolescentes começará a ser escrito nos próximos dias, no Brasil. De 8 a 10 de outubro, o país sediará, em Brasília, a 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil. É a primeira vez que a conferência acontecerá fora do continente europeu.

O encontro é presidido pelo governo brasileiro, com apoio da OIT. Representantes de cerca de 90 países devem participar dos debates, que têm o objetivo de fazer um balanço das ações, trocar experiências e buscar

estratégias e compromissos para acelerar a erradicação das piores formas de trabalho infantil.

A secretária-executiva da conferência, Paula Montagner, afirma que o país foi escolhido pelas boas práticas no enfrentamento do problema. O número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Brasil foi reduzido em 57% entre 1992 e 2011, diz Paula. Ela defende a integração de políticas públicas e de programas e a articulação com a sociedade civil como estratégias para fazer avançar a luta contra o trabalho infantil no país.

Saiba mais

PLS 224/2013 — Complementar
<http://bit.ly/PLS224>

Relatório *Medir o Progresso na Luta contra o Trabalho Infantil — estimativas e tendências mundiais 2000–2012*, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
<http://bit.ly/relatorioTrabalhoInfantil>

Relatório *O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil*, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
<http://bit.ly/relatorioFNPEI>

Site da 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil
<http://childlabour2013.org>

Decreto 6.481/2008 (Lista TIP)
<http://bit.ly/decreto6481>

Veja esta e outras edições de *Especial Cidadania* em www12.senado.leg.br/jornal/cidadania

Motoristas de transporte coletivo poderão ter jornada de 36 horas

Projeto leva em conta o desgaste profissional. Comissão examina também adicional para atividades simultaneamente perigosas e insalubres

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) examina amanhã, em votação final, projeto (PLS 266/2013) que limita a 36 horas a jornada semanal dos motoristas de transporte coletivo urbano e assemelhados, modificando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O autor do projeto, Alfredo Nascimento (PR-AM), aponta o desgaste dessa atividade profissional. O relator na CAS, Benedito de Lira (PP-AL), concorda e lembra, em seu voto favorável, que a regulamentação da profissão (Lei 12.619/2012)

deixou um “vácuo legislativo” em torno da questão da jornada de trabalho.

Também vai a votação final na CAS projeto (PLS 185/2013) de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) para que trabalhadores em atividades perigosas e insalubres, simultaneamente, recebam compensação financeira. O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), vota pela rejeição.

De acordo com a CLT, o empregado recebe como adicional de insalubridade 40%, 20% ou 10% do salário mínimo da região, segundo o grau a que

esteja submetido. Já o trabalho em condições perigosas dá direito a adicional de 30% do salário, sem gratificações, prêmios ou participações nos lucros. O projeto permite ao trabalhador, caso opte pelo adicional de periculosidade, receber acréscimo de 40% sem gratificações, prêmios ou participações nos lucros. Para Rollemberg, isso contribui para reduzir ou até eliminar os riscos no ambiente de trabalho, uma vez que estimulará o empregador a adotar medidas para preservar a saúde e a

segurança dos empregados.

O relatório de Petecão ressalta que a CLT, ao impossibilitar a acumulação de insalubridade com periculosidade, estabeleceu adicionais “em percentual considerável” que, em sua avaliação, não desamparam os trabalhadores. Ele ressalta que os benefícios previdenciários não tratam de maneira diferenciada quem exerce atividades insalubres e perigosas de forma simultânea para evitar aposentadoria especial com poucos anos de contribuição.

Cristovam defende candidaturas sem partido político

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse, em discurso, que o Brasil deveria permitir a candidatura de pessoas não filiadas a partidos políticos.

A proposta (PEC 7/2012), de autoria dele, que permite a “candidatura desvinculada de filiação partidária”, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer contrário do relator, Humberto Costa (PT-PE).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Mozarildo, combate à corrupção começa na família

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou medidas de combate sistemático à corrupção

em todos os níveis, frisando que a Câmara e o Senado devem dar o bom exemplo à sociedade.

Para ele, o enfrentamento do problema começa dentro da família. Mozarildo afirmou que o Congresso deve se juntar a um “mutirão de fiscalização”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias propõe fim dos embargos infringentes

Projeto de Alvaro Dias (PSDB-PR) extingue os chamados embargos infringentes em decisões do Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador disse que o STF tem mais de 300 ações que ainda dependem de apreciação ou julgamento. Sem os embargos infringentes, ponderou, as atividades do tribunal ficarão mais céleres.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Regulamentação da profissão de motorista de transporte coletivo urbano deixou um vácuo legislativo em relação à jornada da categoria, segundo Benedito de Lira

Visita ao DOI-Codi gera confronto de parlamentares

Houve tumulto ontem na visita de parlamentares ao 1º Batalhão de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, onde funcionou o Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), considerado um dos principais

centros de tortura durante a ditadura militar. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vice-presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça do Senado, acusou o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) de agredi-lo com um soco no estômago.

Militar da reserva, Bolsonaro não fazia parte da comitiva, mas tentou entrar no batalhão junto com o grupo e foi impedido no portão pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), presidente da subcomissão. Randolfe se aproximou em apoio a Capiberibe.

— Aí eu dei um cutucão por baixo e entrei. Não criei confusão, só garanti o meu direito de entrar — disse Bolsonaro.

A senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), à qual está subordinada a subcomissão, divulgou nota de repúdio à atitude e informou que vai propor ao colegiado uma representação por quebra de decoro parlamentar.

O PSOL também anunciou representação.

— A única intenção dele era impedir que a visita se concretizasse. Ele claramente nos agrediu na entrada covardemente — afirmou Randolfe.

O deputado demonstrou não se importar com a medida.

— Que moral tem o PSOL para entrar com representação contra mim? Nenhuma, estão envolvidos em escândalo de desvio de recursos.

Também participaram da comitiva as deputadas Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Luiza Erundina (PSB-SP), presidente da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Câmara. Os parlamentares propõem um centro de memória para o local.



Randolfe, Jandira, Capiberibe e Erundina ouvem Álvaro Caldas, ex-presos do DOI-Codi

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral interina: Rosa Vasconcelos

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Proposta que deve ser votada hoje em comissão estabelece também crédito de franquia de bagagem não utilizada, com ressarcimento ao passageiro caso o crédito não seja aproveitado em um ano



Texto estabelece que quem embarcar sem bagagem pode usar crédito da franquia em outra viagem, em até um ano

Projeto prevê indenização por cancelamento de voo

A COMPANHIA AÉREA que cancelar um voo poderá ser obrigada a indenizar o passageiro em valor igual à tarifa cheia, além do reembolso do valor do bilhete. Proposta que determina isso será examinada hoje pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Substitutivo de Ana Rita (PT-ES) ao PLS 278/2011, de Ângela Portela (PT-RR), e ao PLS 609/2011, de Cícero Lucena (PSDB-PB), também modifica o Código Brasileiro de Aeronáutica para estabelecer antecedência mínima de três meses para a companhia comunicar desistência de exploração de linha aérea à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), ficando impedida de explorar o trecho por dois anos.

No texto, Ana Rita incorporou normas contidas nas

duas propostas. Do projeto de Ângela, a relatora acolheu sugestão para que todos os serviços referentes à tarifa sejam detalhados ao consumidor antes da venda do bilhete, visando acabar com adicionais cobrados indevidamente.

Crédito de bagagem

Entre as contribuições do projeto de Cícero, Ana Rita acolheu a possibilidade de formação de crédito de franquia de bagagem não utilizada. Um passageiro que viajar sem bagagem, por exemplo, poderá somar o equivalente ao volume permitido e não utilizado quando fizer outra viagem pela mesma companhia, no prazo de um ano, sendo vedada a utilização de mais de duas franquias por voo.

O texto prevê que o crédito de franquia de bagagem não

utilizado no prazo de um ano será ressarcido, em valor equivalente a excesso de bagagem, como pontuação em programa de fidelidade ou como crédito na aquisição de passagem aérea.

O senador argumenta que a venda de transporte aéreo de passageiros é feita em conjunto com a franquia para transporte de bagagem, o que prejudica os que viajam apenas com pertences de mão, como a maioria dos executivos. Com o projeto, ele quer compensar esses usuários, que são obrigados a pagar por um serviço que não vão utilizar.

Após a análise pela CMA, o substitutivo de Ana Rita segue para exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e depois para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Comissão vota novos limites para multas a empresas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, em votação final, novos limites para multas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias aplicadas às empresas que usam sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas e financeiras. O projeto (PLS 215/2010), de Romero Jucá (PMDB-RR), tem voto favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Jucá propõe três alterações na lei dos impostos e contribuições federais (Lei 8.212/1991). A primeira limita em R\$ 150 mil as multas às empresas que não apresentarem corretamente registros e arquivos do sistema eletrônico. Hoje, a multa de 0,5% é aplicável sobre o valor da receita bruta da empresa no período, sem limite de valor.

A segunda alteração limita a R\$ 250 mil a multa para omissão ou prestação incorreta de informações. Pela lei atual, a multa é de 5% do valor da operação correspondente à omissão ou à prestação incorreta de informações. O limite atual é de 1% da receita bruta da pessoa jurídica no período, sem especificar um valor.

A terceira alteração limita a R\$ 150 mil a multa para quem não cumprir o prazo de apresentação de arquivos e sistemas. Hoje, ela está fixada em 0,02% por dia de atraso, calculada sobre a receita



Relatora, Lúcia Vânia é favorável ao texto, que altera a lei dos impostos

bruta da pessoa jurídica no período, até o máximo de 1% do valor. Além de estabelecer o teto de R\$ 150 mil, o projeto de Jucá reduz o limite para 0,5%.

A CAE vota também projeto de lei que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. O objetivo do projeto (PLS 258/2010), de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), é orientar ações e planos do governo nos espaços rurais.

Segundo o senador, o projeto é inspirado no trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e estabelece princípios, objetivos e diretrizes da ação pública voltada a proporcionar uma vida digna aos moradores dos territórios rurais. Com essa política, ele espera integrar ações do poder público e orientar o processo de desenvolvimento das áreas rurais para o caminho da sustentabilidade nos planos econômico, social, ambiental e político.

Agripino condena decisão de Dilma sobre viagem aos EUA

José Agripino (DEM-RN) solidarizou-se com o governo contra atos de espionagem praticados pelos Estados Unidos, mas condenou o “gesto de marketing estudado” da presidente Dilma Rousseff ao adiar a viagem que faria aos Estados Unidos.

— O Brasil bradou e, no primeiro momento, eu me associei ao brado da soberania brasileira. Depois é que eu fui perceber que era um brado movido a marketing para atrair a solidariedade do povo brasileiro diante de um ato de bisbilhotice condenável. E os bisbilhotados, Argentina, Venezuela e México, ficaram na deles. Ficaram cautelosos. E, aí, a presidente da República, num gesto de marketing estudado, hoje estou convencidíssimo disso, saltou de lá e disse: “Não vou para a viagem de Estado.” — afirmou o parlamentar.

Em pronunciamento ontem, Agripino lembrou que uma viagem de Estado como a adiada pela presidente só favorece ao país visitante, “que leva caravanas de empresários, que fecham grandes negócios de interesse do país”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio: petistas afastam investimentos privados

O intervencionismo dos governos do PT tem dificultado a atração de investimentos privados em transportes e energia no país, disse ontem, em Plenário, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Com relação ao segmento de petróleo e gás, o senador considerou a alteração no marco regulatório do setor feita em 2010, pela administração petista, como a causa mais importante da não participação de quatro empresas gigantes do petróleo no primeiro leilão para exploração das jazidas do pré-sal sob regime de partilha.

— O fato é inegável: o experimentalismo da gestão petista, a invencionice demagógica, novidadeira com que o governo anunciou a mudança do marco legal da exploração do petróleo depois da descoberta do pré-sal, trocando um caminho comprovadamente seguro, que foi responsável pela enorme expansão da produção da Petrobras, que é o da concessão, pelo modelo da partilha, é, em grande parte o responsável por essa frustração — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal rebate críticas de Aloysio contra a Petrobras

Anibal Diniz (PT-AC) rebateu as críticas de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) à gestão da Petrobras. Para o petista, o colega deveria ter cuidado para não estimular o “efeito manada” contra o governo, por se tratar de uma opinião que influencia muita gente.

— Eu temo muito quando uma pessoa, com a qualidade, a representatividade e a respeitabilidade do senador Aloysio diz que a Petrobras está perdendo dinheiro, está perdendo espaço, está correndo risco de causar prejuízo aos acionistas — disse Anibal.

Ao comparar o governo de Fernando Henrique Cardoso com os de Lula e Dilma Rousseff, o senador falou em “diferença abissal” em termos de rendimento e resultados, inclusive quando somados os barris de petróleo prospectados e processados.

Anibal concordou que é preocupante a desistência de investidores na licitação do Campo de Libra. No entanto, defendeu a solidez da Petrobras e atribuiu a situação à crise econômica.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Raupp elogia financiamento para construção de silos

Em discurso no Plenário ontem, Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou o BNDES pelo anúncio de um programa de financiamento de R\$ 1 bilhão para construção e ampliação de silos para armazenagem de grãos. De acordo com o parlamentar, a medida colabora para uma economia “próspera e soberana”.

— O objetivo é mitigar o déficit de armazéns no país, em um ano em que a safra deverá ser recorde — afirmou.

O recorde da safra de grãos, disse o senador, é um motivo de comemoração. No entanto, a falta de armazéns vem se transformando em um “pesadelo” para os produtores. Raupp registrou que a expectativa para 2013 é de uma safra 14% maior que a do ano passado. Mas, segundo o senador, a capacidade de estocagem não tem acompanhado o crescimento. Ele disse que, desde 2010, “não há onde guardar tudo o que é colhido”. O déficit pode chegar a 30 milhões de toneladas, que são armazenadas debaixo de lonas, com risco de perda da produção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Esportista pego em doping poderá perder Bolsa-Atleta

Exigência de não ter violado nenhuma regra antidoping nos últimos dois anos poderá passar a ser feita aos atletas que quiserem solicitar o apoio governamental ao esporte de alto rendimento

A COMISSÃO DE Educação (CE) vota hoje, em caráter terminativo, a exigência de que o esportista solicitante do Bolsa-Atleta não tenha recebido resultado positivo de exame antidoping. De autoria do deputado Deley (PSC-RJ), o projeto (PLC 91/2012) estabelece que o esportista, para solicitar o benefício, não tenha violado, por no mínimo dois anos, nenhuma das regras antidoping que constam na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes.

A Bolsa-Atleta foi instituída pelo governo federal em 2004 para apoiar atletas praticantes de esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas. A Lei 10.891/2004, que instituiu o benefício, prevê como requisitos, entre outros, idade mínima de 14 anos; vínculo com entidade de prática desportiva; comprovação de que participou de competição nacional ou internacional no ano anterior ao da solicitação da bolsa; e declaração de patrocínio recebido



Divulgação/PMF

Beneficiário do Bolsa-Atleta terá que comprovar estar livre de doping

de pessoas jurídicas, públicas ou privadas.

Em voto favorável, o relator na CE, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), disse considerar que a regra de o esportista não ter sido pego em teste antidoping já deveria estar entre os requisitos desde a aprovação da lei da Bolsa-Atleta. Para o senador, a medida “enquadra-se dentro dos princípios da ética desportiva e eliminação das fraudes esportivas”.

Também receberá decisão terminativa da CE o projeto

do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que visa incentivar estados e municípios a celebrar convênios visando à qualificação profissional de estudantes do ensino superior beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) que não estejam no mercado de trabalho. A proposta (PLS 9/2010) estabelece uma bolsa qualificação que poderá chegar a dois salários mínimos por jornada de 40 horas semanais, para atividades nas administrações estaduais e municipais.

Rolleberg quer regras para financiamento do ensino público

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) afirmou ontem que, embora haja um consenso sobre a necessidade de melhorar a educação, sempre surgem reticências quando



Waldemir Barreto/Agência Senado

o assunto é o financiamento do setor. O senador disse esperar que o Plano Nacional de Educação (PNE) possa estabelecer regras claras de financiamento.

Figueiró elogia medida favorável a estudantes com deficiência

Ruben Figueiró (PSDB-MS) elogiou emenda do relator do Plano Nacional de Educação (PNE), Vital do Rêgo (PMDB-PB), acrescentando a



Waldemir Barreto/Agência Senado

na Meta 4 do PNE, o que viabiliza o acesso de alunos com deficiência à educação especializada oferecida por entidades como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Ana Amélia defende permanência de alunos especiais nas Apaes

Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem a permanência dos alunos especiais nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes). Ela disse que nas escolas regulares,



Waldemir Barreto/Agência Senado

além de faltar estrutura, a presença de alunos com deficiência aumenta a responsabilidade do professor, que não foi formado para o atendimento desses estudantes.

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia
Lei 12.802/2013

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

Secom | Criação e Marketing

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a reunir, em uma só cirurgia, a retirada da mama afetada e a sua reconstrução, quando não houver contraindicações. Uma importante medida que valoriza a autoestima da mulher, especialmente nesse delicado momento da vida.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

